

ARTICULOS

08{02}

SETEMBRO 14

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS MURAIS
FCM - UNICAMP

ONDE ESTÁ A “COMUNIDADE”?
CONVERSAS, EXPECTATIVAS MORAIS E MOBILIDADE
EM CONFIGURAÇÕES ENTRE O “RURAL” E O “URBANO”¹

JOHN COMERFORD

RESUMO *A partir de pesquisas na Zona da Mata mineira, este trabalho pretende esboçar uma abordagem que permita pensar as pragmáticas morais que, no cotidiano, possibilitam constituir e gerir redes ou coletivos translocais de família e parentesco, distribuídos entre a zona rural, as sedes de pequenos municípios da região ou de distritos desses municípios, e as médias e grandes cidades do Sudeste, em especial as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Focaliza-se a dinâmica das conversas cotidianas que permite aos que fazem parte dessas configurações conhecerem, julgarem e se posicionarem em relação aos deslocamentos de diversos tipos que são constitutivos desse modo de vida.*

PALAVRAS-CHAVE *família e parentesco, moralidade, mobilidade, Zona da Mata de Minas Gerais.*

ABSTRACT *From researches conducted at the Zona da Mata region in the state of Minas Gerais, this work attempt to build an approach to the reach and describe moral pragmatics. This moral pragmatics allows building and managing, across daily life events, multi-sited family and kinship networks or collectives distributed across small towns and hamlets in the region as well as in middle sized and large urban centers in the Brazilian Southeast, especially in the metropolitan areas of São Paulo and Rio de Janeiro. The work focuses the dynamics of daily conversations that enable those who are part of these configurations to know, judge and place themselves concerning the many kinds of mobilities that constitute such a way of life.*

KEYWORDS *family and kinship, morality, mobility, Zona da Mata of Minas Gerais.*

¹ Uma primeira versão deste texto foi enviada para a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia em Goiânia, em 2006.

INTRODUÇÃO: PEQUENOS PRODUTORES DE CAFÉ, GRANDES PRODUTORES DE CONVERSAS

Venho desenvolvendo pesquisas em um universo social formado por sítiantes e meeiros, em municípios pequenos e médios de uma região de Minas Gerais, a Zona da Mata (COMERFORD, 2003). São pequenos produtores de café e grandes produtores de conversas. Conversam em casa, entre familiares, ou com vizinhos e parentes que estejam visitando. Conversam na roça, durante o trabalho, onde também brincam muito uns com os outros. As mulheres conversam com as vizinhas, quando vão, no fim da tarde, buscar lenha. Conversam na cidade, quando vão resolver alguma coisa e encontram parentes e conhecidos. Conversam esperando o ônibus e no ônibus, indo ou voltando da cidade; ou ainda, nesses deslocamentos cotidianos, conversam nos carros – sempre cheios, pois é de rigor dar carona aos conhecidos e amigos. Conversam nas festas, e também antes e depois das missas. Conversam no futebol de domingo, em torno de cerveja e churrasco, e também nos longos velórios. Conversam na fila do banco e do posto de saúde (certamente terão aí muito tempo para conversar). Conversam nas ruas e nos caminhos, quando encontram vizinhos, parentes, amigos, compadres.

Essas conversas tratam de muitos assuntos: o tempo, as brigas, a roça, os preços, os empregos, os negócios, a escola, o médico, a saúde, a política, a festa, namoros, futebol, uma morte, um casamento ou uma separação, algum julgamento, alguém que foi preso. As conversas variam bastante também quanto a forma ou estilo, conforme quem conversa: mulheres ou homens, garotos e garotas, meninos e meninas, velhos, parentes, vizinhos, conhecidos mais distantes. Mas mesmo com toda essa diversidade de assuntos e estilos, quase todas têm uma dimensão muito importante, explícita ou implícita: falar dos outros e falar de si mesmos, incluindo não apenas o próprio indivíduo que fala, mas também aqueles com os quais ele se considera solidário, um “nós”, em especial a família. Há um registro próprio embutido

em quase qualquer conversa pelo qual se atualizam, com grande agilidade, informações sobre os outros e sobre os próprios conversantes, ao mesmo tempo em que se julgam moralmente as ações alheias e próprias. Essas conversas pressupõem, portanto, outras duas dimensões cruciais: estar atento ao que fazem os outros, e ter algo como um fundo de ações próprias (suas individualmente e/ou de um “nós” socialmente significativo e reconhecido) que possam ser contadas com orgulho.

Isso não quer necessariamente dizer que haja muita fofoca. Ou sim: é difícil definir com exatidão. Pois fofoca é algo que todos dizem que há, mas ninguém diz que faz. Apenas brincam de dizer que fazem, querendo dizer que não fazem (mas que há outros que fazem ou podem vir a fazer, e quem sabe até eles mesmos poderiam, afinal, fazer). É como se a fofoca fosse uma sombra, um limite, um exagero ou perversão no universo das conversas, mas por isso mesmo interessante, pois sabe-se que é com grande prazer que se fala do que fazem os outros – contrastando com o que deveriam fazer, e com o que certamente fariam aqueles que falam. De modo que a “ameaça” da fofoca é inerente a um universo social empenhado no julgamento moral das ações próprias e alheias. As brincadeiras sobre fazer fofoca também sugerem que o jeito de conversar é tema de observação, classificação e de conversa (ou seja, há sempre a possibilidade de focar sobre quem foi visto focando) e, portanto, objeto de controle. Essa observação e o controle do jeito de conversar a respeito dos outros é, também, uma (entre várias) das formas de identificar o estado das relações entre pessoas e famílias e as identidades e alteridades que estão em jogo: há modos de falar dos outros que implicam o quanto esses outros são outros, ou seja, distantes de si. Pois há certos jeitos de falar que implicam distanciar-se por contraste, embutindo desse modo uma fala sobre si na fala sobre os outros.

Isso tudo nos leva para algo crucial nesse universo social: essa grande produção de conversas que quase sempre

embutem falar dos outros e falar de si (abrangendo um “nós”) é fundamental para situar uns em relação aos outros, suas proximidades e distâncias, identidades e alteridades relativas, e constituí-los como coletividade (relativamente) ordenada (e sempre relativamente desordenada, ou em reordenamento). É como se fosse um processo de mapeamento, em que não é exatamente um mapa que se produz, pois cada um estabelece seu posicionamento a partir de perspectivas distintas entre si, e essa perspectiva se desloca a cada nova conversa (cada nova conversa desloca um pouco – ou nem tão pouco – o conjunto das coordenadas interpretativas de todas as outras conversas). E também se desloca a cada nova ação (inclusive as próprias ações) percebida e interpretada (ou seja, preparada para se transformar, na sequência, em uma conversa). Num universo com essas características, as pessoas não só estão atentas ao que fazem os outros, mas também às suas próprias ações, que certamente serão contadas por outros, senão pelos próprios agentes, nas próximas conversas. Tudo isso dentro de um quadro interpretativo relativamente compartilhado que pressupõe o conhecimento prévio dos estados das relações, configurando uma certa “comunidade moral” no sentido proposto por Bailey (1969).²

² Sobre gêneros de fala sobre os outros – tratados como “gossip” – enquanto forma de conhecimento e “mapeamento” em comunidades camponesas no México, ver Haviland, 1977. Sobre a fofoca como modo de delimitação de pertencimentos, ver Gluckman, 1963. Sobre a fofoca como performance, ver Abrahams, 1970, Brenneis, 1984, Bauman e Briggs, 1990 e Besnier, 2009.

Na Zona da Mata de Minas, esse “mapeamento”, feito oralmente no cotidiano, posiciona, por assim dizer, todas as pessoas significativas na coletividade em termos bastante específicos, que podem ser sintetizados como referindo-se a família, localidade e reputação. E aí finalmente chegamos a algo mais diretamente pertinente ao tema deste texto: a localidade. Como se pode perceber, não chegamos a ela “em si” – uma comunidade empiricamente existente de vizinhos, um espaço de chão com determinadas características físicas. Mas à localidade tal como aparece (e se produz) nas conversas que perfazem boa parte do cotidiano das pessoas nesse universo social. Ela aparece como um termo, um nome de lugar, associado a família

e reputação. Não se trata aqui de dizer que estamos tratando de uma “representação” da localidade no sentido de uma imagem ideal, mas antes que a constituição da localidade como termo socialmente significativo que nomeia um lugar empírico está ligada a uma determinada prática de localização moral.

Esse “mapeamento” produzido incessantemente, com empenho e rigor, pressupõe pessoas que saibam se situar e situar os outros. Para saber conversar sobre um assunto qualquer e ao mesmo tempo dar conta desse interesse sempre repostado por falar dos outros que é dimensão de qualquer boa prosa, é preciso saber muito sobre as genealogias das famílias que são referência por ali. E sabem mesmo muito. Fiquei impressionado com a agilidade com que muitos moradores da região conseguem situar as relações de parentesco até duas gerações para cima ou para baixo, mesmo de gente não tão próxima socialmente. É igualmente importante ter um bom fundo de histórias de cada família e de cada pessoa (situada sempre numa família), com histórias que demonstram certas qualidades (ou a falta delas). Ou seja, é preciso saber das reputações das pessoas e famílias, que servirão de quadro interpretativo, e estar atento a tudo aquilo que possa se tornar uma história moralmente significativa e interessante.

E, *last but not least*, é preciso saber de onde são e onde estão hoje aqueles de quem se fala, sobre isso também há sempre um impressionante conhecimento. Sabe-se muito sobre os lugares de onde vêm as famílias e pessoas, e os lugares mais associados a cada família. Há também um grande interesse em saber onde estão hoje as pessoas e famílias, para onde se deslocaram, por que motivos, o que sucede com elas nos atuais lugares, como é a reputação desses lugares. Com tudo isso, os lugares ficam marcados e entretecidos com famílias e reputações, e vice-versa. Ser de um determinado lugar, um *lugar de gente braba*, por exemplo, já é muito significativo para os “mapeamentos” em curso e para interpretar uma determinada ação que foi vista

ou que é contada. Num mundo social como esse, uma visão de sobrevoo dos lugares, se tal coisa fosse possível, não mostraria, como uma foto de satélite, um mapa físico-ecológico, nem mesmo um mapa político-administrativo como num atlas, mas algo como um mapa de territórios associados a determinadas *famílias, gentes* ou *raças de gente* (sempre num sentido de categorias morais), mostrando lugares de gente (ou família, ou raça de gente) brava, trabalhadeira, preguiçosa, fofqueira, bonita, feia, sistemática, brincalhona, preta, amiga, italiana, desconfiada, encenqueira, valente, esquisita, unida, briguenta. E haveria muita discordância sobre esse mapa.

LUGARES MORAIS

Não é nada fácil saber localizar as pessoas nas famílias, as famílias nos lugares e as famílias e lugares nas histórias e “casos”, ainda que isso seja um pressuposto para poder delimitar o significado moral dos lugares e o lugar moral das famílias, e para poder bem conversar. Quem é de fora pode se confundir bastante ao perceber que certas pessoas podem ser ora incluídas, ora excluídas de uma dada família ou conjunto de parentes, e que certos territórios podem ser ora incluídos, ora excluídos dos limites das localidades nomeadas; e que há sempre um nível mais fino de sublocalidades que podem ser nomeadas, de modo que os casos narrados têm muitas sutilezas ao delimitar famílias e lugares. Além disso, quem é de fora logo se verá completamente enredado em um jogo de tentativas de adivinhar e questionar seus pertencimentos familiares e locais, ou seja, de incluí-lo em alguma família e buscar sua origem em algum lugar, evidenciando o quanto isso é crucial no quadro de referências da navegação social desse universo (ver COMERFORD, 2003).

As fronteiras de pertencimento a uma família na Zona da Mata mineira estão sempre em relativo movimento, pois o mesmo nome de família nem sempre inclui o mesmo conjunto empírico de pessoas. Melhor do que falar em famílias, talvez fosse falar

em processos de familiarização e desfamiliarização, como tento mostrar em COMERFORD, 2003 (ver também MARQUES, 2003, sobre famílias no sertão de Pernambuco). Um outro pressuposto desse universo social é a possibilidade de conflitos, grandes ou pequenos, abertamente violentos ou eufemizados, mas recorrentes, em torno dos mais diversos motivos. Considerando que cada conflito implica no acionamento de solidariedades para enfrentar a contenda (sobretudo solidariedades familiares, e, conseqüentemente, no acionamento da crença na família como fundamento dessas solidariedades), cada conflito implica sempre um conjunto de expectativas de solidariedade que, é claro, nem sempre serão consideradas correspondidas. Por isso mesmo, cada conflito redefine um pouco o conjunto daqueles que demonstram, de um dado ponto de vista, fazer parte da família, e também daqueles que, apesar dos laços genealógicos, não podem ser plenamente considerados com tal, uma vez que não demonstraram a solidariedade esperada no momento em que isso foi mais necessário (é claro que sempre há controvérsias quanto a esses momentos). Se os conflitos aparecem como marcos especialmente importantes nessas redelimitações, perpassam o cotidiano como um todo, de modo que se as relações genealógicas são um pressuposto e criam certas expectativas morais quanto ao comportamento solidário no cotidiano, comportamentos considerados não-solidários restringem o campo dos “verdadeiros” (de um dado ponto de vista) parentes e familiares, bem como comportamentos solidários “não obrigatórios” e “inesperados” ampliam esse campo para gente que é considerada (por alguns, mas não por outros) “como se fosse da família”³. E, voltando às considerações iniciais, é preciso sempre lembrar que todos esses comportamentos serão contados e avaliados em inúmeras conversas.

Mas toda essa complexidade dos modos de sociação engendradores da família como unidade reconhecida e operativa não impede que a associação de certos lugares a certos nomes

³ Sobre a relação entre sangue e consideração na definição da família e do parentesco, ver Marcelin, 1996.

de família. Ao contrário, é isso o que geralmente acontece e que permite atribuir reputações a lugares. Há alguns termos de uso comum referentes à delimitação física dos lugares: *córrego*, *fazenda*, ou, nas últimas décadas, *comunidades*. Como nos bairros rurais analisados por Antonio Cândido, os limites geográficos entre essas localidades não são altamente definidos, mas há um senso de pertencimento acionado com bastante precisão a cada momento (dependendo do momento e do ponto de vista de quem fala). Em cada um desses *córregos*, *fazendas* ou *comunidades*, se perguntarmos quantas famílias há ali, possivelmente nos dirão dois ou três, talvez quatro, nomes de família: os X, os Y, os Z⁴. Isso não quer dizer que todos ali residentes pertençam a alguma dessas famílias, pois há sempre as *famílias pequenas* (que podem, ou não, ser parte de famílias “grandes” em um lugar vizinho). Mas no momento de definir o lugar e sua reputação, elas “não contam”. Cada espaço geográfico é visto como correspondendo, grosso modo, a uma configuração de algumas famílias (aquelas “que contam”), que define uma hierarquia de prestígio e estados de relação entre elas (associados a uma história mais ou menos longa de interação entrecruzada com temas variavelmente importantes em distintas comunidades, como religião, política, terra, dinheiro). Essa hierarquia não tem correlação necessária e única com tamanho demográfico ou riqueza da família, ainda que ela ocorra com razoável frequência. O crucial parece ser o reconhecimento daquela família como tendo ali um lugar moral, um nome de respeito.

⁴ É sempre possível que respondam com um certo número de grupos domésticos, algo que certamente deriva da prática de recenseamento administrativo ou eclesiástico, mas não é incompatível com a percepção de que ali há um pequeno número de “famílias”. Assim, uma pessoa pode dizer na mesma entrevista que na sua comunidade ou córrego há 30 “famílias” e que há 3 “famílias”.

Isso tudo tampouco quer dizer que essas famílias “que contam” estejam ali integralmente. Haverá certamente uma relativa concentração, que permite que ao se falar do lugar esteja se falando de três ou quatro famílias⁵. Mas há pessoas reconhecidas socialmente como membros dessas famílias em várias outras localidades, sendo que as famílias de mais “nome” em dado lugar geralmente também estão mais dispersas por áreas de dimensões variáveis até mesmo por serem entidades maiores demograficamente, o que por sua vez é fruto de certa

⁵ É bastante comum, na região, haver nomes de lugares que são nomes de famílias.

dinâmica de produção da família como entidade demográfica indissociável da construção do seu nome. Segmentos de grandes famílias são localizados simultaneamente em outros *córregos* no mesmo município ou em município vizinho, numa rua da pequena cidade sede do município ou do povoado sede do distrito (que pode ser, o povoado ou a pequena cidade, chamado de *rua* em oposição à *roça* ou ao *sítio*), numa cidade média da região, e ainda, (nunca é demais enfatizar) invariavelmente, em determinados bairros no subúrbio do Rio de Janeiro, na periferia de São Paulo, em Belo Horizonte, Volta Redonda, Ipatinga, Campinas, ou Juiz de Fora. O fundamental do ponto de vista desta argumentação, como veremos, é perceber que os lugares morais, ou a própria possibilidade de estabelecer os vários lugares geográficos em que essas famílias habitam como lugares morais, implicam uma interdependência dessas várias localidades habitadas por segmentos de base familiar.

Assim, uma relativa concentração em um dado lugar, e uma certa dispersão também, não tanto de indivíduos, mas sobretudo de segmentos de famílias, é resultado de buscas constantes e coletivas por localizar-se socialmente, no sentido de conquistar um lugar moral, por fim localizando-se também geograficamente em variados lugares. Qualquer história de vida vai mencionar deslocamentos da família e dos indivíduos. Desde deslocamentos próximos, de uma *fazenda* ou *córrego* para outro, até deslocamentos maiores e mais arriscados, como quando um pai busca terras em um município vizinho e aos poucos vai estabelecendo a família e outros parentes nas proximidades, até o ponto de se tornar uma família “que conta” em um *córrego* (e talvez deixar de sê-lo em outro *córrego*). Há muitas histórias de famílias que chegam, e que com o passar dos anos se revelam como uma “ponta de lança” da expansão de uma grande família de uma localidade vizinha, que pode aos poucos ir se transferindo. Há ainda os deslocamentos feitos na juventude, para grandes cidades, que terminam (ou não) na volta e no casamento no

lugar (talvez seguido pela volta ao grande centro). Há gente que vai para longe e perde o contato, como ocorreu em uma certa época, em alguns municípios da região, quando os que foram para o norte do Paraná, lá se estabeleceram. Há os casos em que toda uma parentela vai aos poucos se transferindo para a sede do município ou para alguma cidade média da região, mantendo, no entanto, a terra arrendada e talvez um ou outro familiar no lugar de origem. Há os parentes que depois de anos na grande cidade, se aposentam e voltam permanentemente, deixando filhos em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Há os aposentados que vão morar na cidade da região, perto de um ou outro filho que já se estabeleceu ali. Há portanto a lenta (às vezes não tão lenta) formação e incessante re-formação de uma ampla rede (que nada tem de “local”), com certos pontos de concentração (a família tal no *córrego* tal ou no bairro ou rua tal do Rio de Janeiro ou de São Paulo), e indivíduos e segmentos mais dispersos, em lugares onde a família já se concentrou no passado ou em que pode vir a se concentrar no futuro, e onde gente da família comparece com certa regularidade e faz notar sua presença à comunidade local, tornando-se sujeito e objeto de conversas daquele lugar.

É importante enfatizar que aqueles segmentos de famílias que residem em grandes ou médias cidades, na região ou fora dela, não o fazem aleatoriamente, em qualquer lugar da cidade. Geralmente residem em determinados bairros e determinadas ruas de bairros que funcionam efetivamente como extensões, não só de determinadas famílias, mas até mesmo de determinadas *comunidades* ou *córregos*. Em qualquer localidade rural dessa região, as pessoas sabem dizer exatamente em qual bairro de São Paulo ou do Rio de Janeiro estão quase todos os parentes ou parentes de vizinhos (muitas vezes, o conhecimento que algumas pessoas da região têm dessas grandes cidades se limita à rodoviária e a tais bairros, mesmo quando já moraram lá). Nesses lugares, muitas vezes se estabelecem não apenas uma família ou parentela, mas conjuntos inteiros de famílias e parentelas (com

toda a ambiguidade que é constitutiva dos arranjos sociais nos *córregos*) que também convivem “na roça”. Há lugares nos bairros de grandes cidades que não apenas são “purinhos”⁶ de gente de uma dada comunidade rural, como se costuma dizer na região, como também podem ser associados, até certo ponto, a uma configuração de alguns nomes de famílias.

E há uma incessante movimentação por todos esses pontos. Foi muito comum, ao frequentar as casas dos sitiantes da região, encontrar irmãos e cunhados que moram em cidades relativamente distantes (Juiz de Fora, Rio de Janeiro, São Paulo, Volta Redonda), passando finais de semana, férias e também períodos de tempo maiores, acompanhados às vezes pelos filhos e netos, que são sobrinhos, primos, netos e sobrinhos-netos dos que moram “na roça”. Da mesma forma, foi comum não conseguir encontrar algumas pessoas do lugar no lugar porque estavam “passando um tempo” em São Paulo, no Rio, em Muriaé, em Volta Redonda, na casa de parentes, dos filhos, dos irmãos, dos avós, dos tios, ou mesmo de algum compadre que é “como se fosse da família”. Há ainda casos como o do presidente de um Sindicato de trabalhadores rurais da região, que toda semana ia para Senador Camará, bairro do subúrbio do Rio, onde há uma grande concentração de gente daquele lugar, para vender seus queijos e doces. E há sempre a movimentação ocasionada por eventos – casamentos, funerais, festas –, quando as pessoas vêm e vão entre os vários lugares que fazem parte dessas extensas redes, e têm oportunidade de encontrar parentes, antigos vizinhos, velhos conhecidos, e conversar muito.

Enfatizo que não se trata apenas de visitas, mas muitas vezes de “passar um tempo”, que em certos casos não é curto. Mesmo mantendo uma referência de moradia na cidade, há pessoas que efetivamente tomam parte de um espaço de moradia “na roça”, e vice-versa. São irmãos que passam meses ou mesmo anos na casa de irmãos/irmãs/cunhados/cunhadas, ou filhos nas casas dos pais, sobrinhos nas casas de tios ou avós, pais na casa de

⁶ Purinho no sentido de composto unicamente por gente vinda daquela localidade, sem mistura de gente de outros lugares (certamente um exagero, mas aponta para o grau de concentração das pessoas de mesma origem local nesses bairros urbanos).

⁷ Sobre esse tema, com referência à Rússia pós-soviética, ver Gessat-Anstett (2001), que enfatiza que recursos fundamentais em termos de habitação e alimentação circulam e são geridos em redes de parentesco, às quais certas concepções e formas de parentesco são inerentes, que se estendem por espaços urbanos, sub-urbanos e rurais.

filhos, e assim por diante. Há uma certa administração coletiva dos vários espaços de residência e possibilidades de obtenção de renda, estudo, aprendizado, assistência médica, alimentação, bem como defesa, refúgio, afeto, namoro, festa e política ao alcance de uma dada rede de base familiar⁷.

Essas diversas modalidades de frequência aos, e permanência nos, lugares onde habitam membros dessa rede de base familiar implicam necessariamente variados graus de imersão em universos morais, ou seja, enredamento nas conversas e nos julgamentos mútuos, participação em conflitos, criação de expectativas, cumprimento ou descumprimento dessas expectativas, e atuação no “tribunal da opinião”, como diz Bourdieu (1966). Ao movimentar-se entre os diferentes pontos dessa rede ou configuração de casas, lançando mão de possibilidades de moradia, emprego, estudo, assistência médica, dinheiro, afeto, namoro, apoio, refúgio, defesa e segurança, as pessoas vão necessariamente tecendo algo como uma comunidade moral interdependente.

CONFIGURAÇÕES DE CASAS PARA ALÉM DO PAR “RURAL-URBANO”

Justamente porque a distância não impede as conversas, pois há padrões de movimentação que permitem que elas se atualizem, as pessoas podem permanecer muito bem informadas. Sabem de muito do que acontece com conhecidos e parentes que moram longe, mesmo que eventualmente com algum atraso. Do mesmo modo que é muito impressionante como as notícias locais correm rapidamente nessas pequenas cidades, também é marcante como as novidades percorrem distâncias maiores. Isso possibilita que rapidamente se saiba de oportunidades de emprego, da situação do mercado de trabalho, ou dos preços do material de construção, dos salários, dos produtos, das escolas, dos médicos e hospitais. E também que se saiba dos casamentos, dos namoros, dos problemas conjugais,

das doenças, das dificuldades financeiras, das adesões religiosas, da política, das brigas, das prisões. E que toda essa informação sirva de base para rearranjos. Esses fluxos de informações não podem ser dissociados dos fluxos de pessoas e recursos. Filhos ajudam pais a construir casas nas pequenas cidades da região, irmãos emprestam dinheiro, ou recebem sobrinhos que vão estudar ou procurar trabalho, ou pais e avós e tios que precisam de tratamento de saúde, ou irmãos e primos em fuga das ameaças de desafetos. Isso tudo é indissociável do fato de que as expectativas de solidariedade e as quebras delas – e as formas de lidar com essas quebras e com o estabelecimento de novas expectativas – se mantêm vivas, assim como necessariamente se mantém ativa a densa corrente de julgamentos morais sobre as atitudes próprias e alheias, dentro dessas coletividades de base familiar e com relação a outras coletividades do mesmo gênero que sejam, por assim dizer, “vizinhas”. Desse modo se reproduz algo como uma comunidade trans-local de grandes produtores de conversas.

Essa ligação entre pessoas espalhadas por toda uma rede de lugares “rurais” e “urbanos” não parece ser efêmera ou temporária, sem que tampouco seja permanente ou fixa. A conformação dessas configurações em que parentes e quase parentes se concentram em dadas localidades e ao mesmo tempo se dispersam, para em algum tempo se reconcentrarem em alguma localidade e se redispersarem em novas, atravessando limites “rurais” e “urbanos”, não parece ser um fenômeno recente. Na memória dos moradores dessa região, remonta pelo menos ao tempo de seus avós, que de qualquer modo é o mais longe que chegam as memórias cultivadas nas famílias. É lógico que diferentes momentos favoreceram diferentes movimentos e expansões, como a época de deslocamentos na direção das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, ou das cidades de usinas de aço como Ipatinga e Volta Redonda, ou a época da ida para o interior de São Paulo ou norte do Paraná. Mais

recentemente, há indicações da ida de indivíduos e famílias da região para Macaé e Rio das Ostras, no litoral fluminense, em função dos empregos ligados à extração do petróleo ou do crescimento urbano associado a essa atividade⁸. Assim, essa dinâmica em que famílias camponesas da Zona da Mata agem como coletivos “regionais” e “nacionais” e não puramente “locais” vem se reproduzindo, possivelmente, ao menos desde os anos 30, e implica uma grande capacidade de modificar a forma e a extensão de cada uma dessas “redes” de parentes conforme a situação.

⁸ Em alguns casos, há pessoas dessa região que trabalham alguns dias do mês nas plataformas de petróleo e o restante do mês no sítio, associando as duas atividades. Sobre a associação de atividades de cunho industrial e a agricultura familiar, no caso de Santa Catarina, ver Seyferth (1984).

Essas coletividades de parentes podem ser vistas como “configurações de casas”, para adotar o termo proposto por Louis Marcelin (1996). E caberia analisar, a exemplo do que Marcelin faz para as famílias negras do recôncavo baiano, o modo pelo qual pessoas diferenciadas categoricamente por gênero, idade, riqueza, prestígio familiar e religioso, pela posição genealógica, e individualmente por suas trajetórias particulares atuam na formação e reforma dessas configurações de casas, bem como o modo pelo qual se ligam diferentes casas, com diferentes características quanto à composição do grupo doméstico, características físicas de moradia, forma de inserção na história da família, abertura para fluxo de pessoas, espaço para festividades, acesso a recursos – características essas que conferem diferentes graus de centralidade na configuração de casas. Ao contrário de um “processo de urbanização” ou uma “migração rural-urbana”, com tudo o que essas imagens implicam em termos de uma “grande narrativa”, há evidências que permitem sugerir que estamos diante de configurações de casas em constante movimentação, atravessando distinções como “rural-urbano” e se reapropriando de diferentes espaços e possibilidades de vida e ocupação, transformando esses espaços em “lugares morais” numa rede de cuidados e obrigações, e transformando “lugares morais” em condição de possibilidade de acesso a renda, assistência estatal, educação formal, a formas de defesa e refúgio, a possibilidades de atuação política, a laços afetivos,

e a possibilidades matrimoniais⁹. Esses espaços se qualificam e se articulam pelas suas diferenças não só geográficas, mas principalmente morais e sociais – como as diferenças entre *roça*, *rua* e *cidade*, que em suas formulações próprias nesse contexto não coincidem com a oposição “rural-urbano” – sem que isso possa ser qualificado simplesmente como um arranjo funcional (seja para indivíduos, para famílias, para o capital ou para o mercado), e sem que assuma um sentido único de urbanização, adaptação à “impessoalidade” da cidade e do mercado, ou de “nuclearização da família”, que costumava ser esperada como decorrência da urbanização.

EM BUSCA DE RESPEITO

Nessa perspectiva, apenas alguns membros dessas configurações de casas com as quais eu entrei em contato na região são exclusivamente pequenos produtores agrícolas e moram continuamente na roça. Dentre esses, há sempre algum ou alguns membros da família se ocupando integralmente dos cuidados com a roça ou o sítio. E nem todas as casas que frequentei na roça fazem parte de arranjos que possam ser qualificados como configurações de casas no sentido proposto por Marcelin (1996). Mas, como já enfatizei, todos – os que moram na roça, os que moram na rua, os que moram na cidade grande, e os que circulam pela roça, pela rua e pela cidade - continuam a ser grandes produtores de conversas sobre os outros e sobre si mesmos, e aparentemente vêm conseguindo repor, por assim dizer, as condições sociais para reproduzir-se como tal, com maior ou menor sucesso. Mesmo que nem todos os membros dessas configurações se encontrem sempre (pois há uma dispersão geográfica), quando se encontram conversam bastante e observam muito. Há um grande prazer, ou dependendo do caso, desprazer, de saber o que ocorre com aqueles que estão longe e de acompanhar o que eles estão fazendo, mesmo que

⁹ Nesse aspecto, é interessante o esforço empreendido por Ferguson (1999), no sentido de abranger na análise o que ele chama de “the full house of rural-urban residential strategies”, ao analisar o caso da Zâmbia e criticar as análises unidirecionais da “urbanização”.

apenas indiretamente, a partir do que contam os que interagem com mais frequência. As pessoas sabem bastante a respeito do que aconteceu e está acontecendo com os parentes e parentes de vizinhos e amigos que moram longe, e gostam de comentar a respeito do sucesso ou insucesso dos que se foram, as razões morais disso, a sorte ou falta de sorte, refletir sobre o destino. Basta observar algum grande almoço de fim de semana em uma casa na roça, em época de férias, juntando a gente da roça com os parentes e amigos da cidade. Esses parentes e amigos que moram longe, quando vêm à roça, se encarregam de contar bastante sobre sua vida na cidade ou em outro lugar qualquer, bem como da vida dos parentes, vizinhos e amigos que estão na cidade, e que em muitos casos são os parentes de seus vizinhos, compadres e amigos que moram na roça e estão ansiosos por saber notícias e opiniões sobre o que se passa com eles. A trinca reputação, localidade, e parentesco, continua a servir de referência para essa rede mais ampla, agora com o termo *localidade* ampliado para abranger todas as possibilidades “extralocais” de lugares social e moralmente significativos. Os que estão na cidade ainda sabem dos *casos* dos que estão na roça, ainda têm, ou têm condições de obter, conhecimentos genealógicos e um razoável domínio das localidades “locais”. Mas também têm novos *casos* para contar sobre outros e sobre si mesmos como, por exemplo (algo muito recorrente), o modo pelo qual construíram uma relação de respeito mútuo com traficantes armados que dominam o lugar onde moram na grande cidade. É preciso “saber viver”, “saber conviver”, se “fazer respeitar” – para usar termos que ouvi muitas vezes em minha pesquisa – tanto ali na roça como no *morro* no Rio ou na *quebrada* de São Paulo. É com orgulho – tanto maior quanto maior a habilidade demonstrada – que se proclama essa sabedoria e se narram as comprovações desse saber. Assim, conseguir fazer-se respeitar por personagens a princípio tão perigosos quanto os traficantes, sempre visíveis na TV e nas histórias de violência que os roceiros ouvem, é um grande trunfo.

Ouvi muitas histórias dessas, por parte de parentes que moram em favelas no Rio de Janeiro e estavam passando um tempo na casa da roça, bem como por parte de gente da roça que contou sobre suas idas a favelas no Rio em visita aos parentes, que sempre vão encontrá-los na chegada para que não “entrem” na favela desacompanhados, assumindo a responsabilidade, junto aos traficantes, da presença dos parentes lá. Também motivo de bastante orgulho poder narrar casos que demonstram o respeito por parte do patrão da fábrica ou da loja, ou que mostram que sabem movimentar-se nas complicadas e perigosas ruas da cidade e na burocracia do atendimento médico, ou judiciário, e assim por diante. Do mesmo modo, os que moram na roça podem se orgulhar da tranquilidade do lugar, em contraste com os perigos da cidade, tranquilidade que é função do respeito que sabem impor no lugar onde vivem e da boa convivência que sabem construir com os vizinhos.

Assim, tais trocas de notícias e narrativas de casos entre os que moram na roça e os que moram na cidade, em momentos festivos e animados de encontro, têm sempre essa dimensão de reafirmação de sua respeitabilidade e seu orgulho, o que não é diferente do tom de inúmeras conversas no cotidiano mais usual por ali; conversas que permitem uma sintonia fina em termos de respeito dado, respeito devido e respeito obtido a cada momento e com cada interlocutor ou cadeia de interlocutores (pois uma insinuação maldosa de alguém, por exemplo, nunca é puramente individual, deriva de seu potencial ou real engajamento em conversas com outras pessoas). Por outro lado, quando surgem situações em que uma pessoa ou uma família não vê reconhecido o orgulho que sente por seus atos e conhecimentos, por parte dos outros significativos com os quais interagem – familiares, parentes, compadres, vizinhos, amigos, patrões – trata-se de algo desalentador do ponto de vista moral, e no limite uma situação insustentável. Termos como “falta de respeito” traduzem uma percepção de ausência de reconhecimento de seu lugar moral,

lugar que só é sustentado na medida em que seja *respeitado*, ou seja, reconhecido como tendo um lugar a partir do qual é possível conviver e demonstrar que se *sabe viver*. Na raiz de vários deslocamentos geográficos que me foram narrados estão situações de conflito aberto ou anunciado, ou de grande tensão com vizinhos, parentes e patrões (que em alguns casos são também vizinhos e parentes), em que não há mais condições de respeitabilidade em dado lugar, quando a simples proximidade equivale à falta de respeito. Conflitos, humilhações cotidianas, desconfiança, são termos que podem descrever a situação de uma pessoa ou família ou parte de uma família que não tem mais um lugar respeitável e respeitado. Essa respeitabilidade, me parece, é inerente à própria ideia de *casa*. Uma configuração de casas poderia, nesse sentido, ser vista como um conjunto de lugares em que é possível habitar com certa expectativa de respeito. Quando o respeito é arruinado, é preciso que a casa seja reconstruída, talvez em outro lugar geográfico, o que leva a rearranjos morais e espaciais nessas configurações de casas – e a uma progressiva complexificação dessas configurações. Poderíamos pensar nessas configurações sócio-morais a que estamos nos referindo, complexas e móveis, “rurais-urbanas”, como o resultado, lentamente e apenas parcialmente cristalizado, dessa busca de respeitabilidade.

Essa respeitabilidade, efeito do reconhecimento e portanto da opinião da comunidade moral, resultado do funcionamento do “tribunal da opinião”, pode ser constatada nas conversas, que também a pressupõe, mas podem negá-la. É preciso enfatizar que o próprio termo “conversa” é ambíguo, pois pode ser tanto uma atividade muito respeitosa que permite o entendimento, quanto a eufemização de um desrespeito latente, como quando se fala de “conversinha” ou “ficar de conversa”. Participar das conversas sobre si e sobre os outros é condição para perceber a força (ou fraqueza) de sua respeitabilidade, e ao mesmo tempo é um meio para construí-la. Essas configurações pressupõem

portanto um fluxo de conversas que tenham essa dimensão de construção ou desconstrução de respeitabilidade própria ou alheia. E essas conversas continuam a ser produzidas entre os que moram em diferentes localidades, ainda que não no mesmo ritmo e com as mesmas características que aquelas que se fazem cotidianamente entre os que moram próximos. Elas permitem que se pense essa rede ou configuração de casas, tanto “rurais” como “urbanas”, como comunidades morais, no sentido de Bailey (1969), que já chamava a atenção para a necessidade de distinguir a comunidade, no sentido de unidade social em que cada um se posiciona por relação ao outro através de códigos morais compartilhados, e comunidade no sentido geográfico. Estaríamos portanto diante de comunidades morais com uma forma e uma dinâmica específicas, que cabe identificar e cuja dinâmica de construção, inclusive em termos de seus códigos e valores, cabe analisar. E para as quais não cabe muito a distinção “rural-urbano” num sentido mais abstrato, ainda que a distinção entre *roça*, *rua* e *cidade*, por exemplo, seja bastante operativa nas relações entre os membros dessas comunidades e assumam sentidos morais importantes. Essas comunidades não estão sozinhas: elas se relacionam e se distinguem de outras comunidades morais da mesma ordem. E não têm limites bem definidos, pois estão sempre “em processo”.

BUSCANDO MEIOS DE PENSAR TRAJETOS COMPLEXOS. PARA ALÉM DA POLARIDADE RURAL-URBANO.

Diante de tais coletivos em permanente movimento e transformação, e assumindo a perspectiva da pragmática moral desses coletivos, é possível reconsiderar noções como “migração rural-urbana”, “urbanização” e “proletarização”. Um bom ponto de partida são críticas já realizadas sobre a própria produção dessas categorias no universo intelectual (PALMEIRA e ALMEIDA, 1977), e a crítica feita a partir de trabalhos etnográficos sobre situações específicas naturalizadas

como “urbanização”, como por exemplo, os trabalhos de Garcia Jr. (1990) e Ferguson (1999). Palmeira e Almeida discutem a forma pela qual as categorias *migração* e *êxodo* vieram a se impor e a conformar um certo senso comum acadêmico e, mais amplamente, intelectual, especialmente na segunda metade do século XX. Discutem também os pressupostos implícitos dessas categorias. Como essas categorias de algum modo passaram a conformar nossa percepção, podem funcionar também como uma espécie de obstáculo epistemológico que impede a percepção do modo pelo qual certas ações se configuram e são concebidas e vividas do ponto de vista dos agentes. Garcia Jr. e Ferguson discutem situações etnográficas bastante distintas: no caso de Garcia, a relação de camponeses nordestinos com o mercado de trabalho no sudeste como pressuposto da constituição de um campesinato marginal à *plantation* açucareira; e no caso de Ferguson, os arranjos, sempre muito diversos, entre “rural” e “urbano”, ao longo do que teria sido uma “urbanização exemplar” no contexto africano e, depois, ao longo da crise da economia mineradora e industrial da Zâmbia nos anos noventa, que trouxe à tona a continuidade e a reconfiguração de vínculos entre rural e urbano que se supunham desaparecidos. Ambos apontam como nessas situações há processos dificilmente compreensíveis, caso se partisse do quadro de coordenadas interpretativas que orientaram predominantemente as discussões intelectuais sobre processos de migração rural-urbana, urbanização, proletarianização, desenvolvimento e modernização.

Há uma larga série de outros estudos, além dos já mencionados, que abordam etnograficamente o funcionamento efetivo de famílias e redes de parentesco e as complexas relações dessas famílias e redes com o espaço e com a circulação de pessoas, trazendo à tona as modalidades de solidariedade, os conflitos, os significados morais dos diferentes lugares em que habitam aqueles que fazem parte dessas redes, os arranjos domésticos, as obrigações e cuidados, e as expectativas acionadas em torno dos

¹⁰ Apenas para dar alguns exemplos de trabalhos cuja leitura vem sendo importante nessa reflexão, menciono o trabalho clássico de Thomas e Znaniecki (1974, originalmente publicado em 1918) sobre camponeses poloneses e suas famílias na Polônia, Alemanha e Estados Unidos; os trabalhos sobre imigração argelina para a França feitos por Abdelmalek Sayad (1998); os trabalhos de Karen Olwig (2002,2007) sobre as redes familiares caribenhas que se estendem para a América do Norte e Grã-Bretanha; de Heike Drotbohm (2009) sobre Cabo Verde; de Richman (2008) sobre o Haiti; e de Stack (1996) sobre migrações internas de negros americanos entre o norte e o sul dos Estados Unidos. E no Brasil, além dos já mencionados trabalhos de Garcia Jr e de Giralda Seyferth (1984), também o trabalho sobre migração e campesinato por Klaas Woortman (1990) e sobre migração e redes sociais na Paraíba por Marilda Menezes (2002).

deslocamentos¹⁰. Creio que tais trabalhos contribuem para que se torne possível repensar as movimentações e permanências na *roça*, na *rua* e na *cidade*, como se diz na Zona da Mata mineira, evitando pressupostos implícitos em formulações que tratam tais permanências e movimentações em termos de uma constelação de noções predefinidas e de uma grade de classificação dos espaços baseada em definições de cunho acadêmico ou administrativo. Para levar em conta o modo pelo qual os deslocamentos entre distintos espaços geográficos e diferentes modos de inserção em mercados de trabalho e de produtos são efetivamente vividos, acredito que é produtivo focalizar os modos em que as expectativas morais são imaginadas, concebidas, geradas, geridas e postas em ação no cotidiano desses universos sociais marcados por deslocamentos frequentes, como é o caso daquele em que vivem os camponeses da Zona da Mata mineira. Conversas que podem parecer pouco relevantes e mesmo banais ao pesquisador ou a outros estranhos ao universo social estudado, podem em seu conjunto e nos seus encadeamentos – e com as sutilezas que lhes são próprias, realizar as pressões e impressões que orientam ou mediam a temporalidade, a direção, a urgência e o sentido moral dos deslocamentos daquelas pessoas que habitam as diversas casas dessas configurações móveis, levando-as a fazer, refazer e desfazer suas associações e dissociações, seus lugares e suas viagens.

Mas o presente texto é apenas um começo de conversa.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMS, Roger. A performance-centered approach to gossip. *Man*, new series, v. 5, n. 2, June, p. 290 – 301, 1970.
- PALMEIRA, Moacir e ALMEIDA, Alfredo Wagner. A invenção da migração. Em Projeto Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo). 1977.

- BAILEY, Frederick G. *Gifts and Poison. The politics of reputation*. New York, Schocken Books.1971.
- BAUMAN, Richard e BRIGGS, Charles L. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. *Annual Review of Anthropology* 19, p. 59-88, 1990.
- BESNIER, Niko. *Gossip and the everyday production of politics*. Honolulu: University of Hawai'i Press. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. The sentiment of honour in Kabyle society. In: Peristiany, J. (Ed.) *Honour and Shame*. Chicago: Chicago University Press,1966, p. 191-241.
- BRENNEIS, Donald. Grog and Gossip in Bathgaon: style and substance in Fiji Indian conversation. *American Ethnologist* 11, p. 487-506, 1984.
- COMERFORD, John. *Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2003.
- DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies: Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. *History of the Family* 14, p. 132–149. 2009.
- FERGUSON, James. *Expectations of modernity. Myths and meanings of urban life on the Zambian cooperbelt*. Berkeley, University of California Press, 1999.
- GARCIA Jr. Afrânio *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Edunb, 1990.
- GESSAT-ANSTETT, Elizabeth. Du collectif au communautaire. À propos des réseaux familiaux dans la Russie post-sovietique. *L'Homme*, 157,p. 115-136. 2001.
- GLUCKMAN, Max. Gossip and Scandal. *Current Anthropology*, v. 4 n. 3, June, 1963.
- HAVILAND, J. B. *Gossip, Reputation and Knowledge in Zinacantan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- MARCELIN, Louis HERNES *A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do recôncavo*

- da Bahia*. 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu nacional/UFRJ, 1996.
- MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e questões. Vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.
- MENEZES, Marilda A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias camponesas-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ João Pessoa: Editora UFPB, 2002.
- OLWIG, Karen Fog. *Caribbean Journeys: An Ethnography of Migration and Home in Three Family Networks*. Duke University Press Books. 2007.
- OLWIG, Karen Fog. A wedding in the family: home making in a global kin network. *Global Networks*, v. 2, n. 3, p. 205–218, 2002.
- RICHMAN, Karen E. *Migration and Vodou*. University Press of Florida, 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo, Edusp. 1998.
- SEYFERTH, Giralda. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, nova série, volume XXIX, p. 73-96, 1984.
- STACK, Carol B. *Call To Home: African-Americans Reclaim The Rural South*. Basic Books. 1996.
- THOMAS, WILLIAM I, e ZNANIECKI, FLORIAN. *The Polish Peasant in Europe and America*. 2 vols. New York: Octagon Press, 1974[1918].
- WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n., p. 35-53. 1990.

JOHN COMERFORD – Doutor em Antropologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional/UFRJ. <j.comerford@mn.ufrj.br>.